

Revista Crítica Penal y Poder
2017, nº 13,
Octubre (pp.96-111)
Observatorio del Sistema Penal y los Derechos Humanos
Universidad de Barcelona



A CASA DOS ESPELHOS

THE ROOM OF MIRRORS

António Pedro Dores

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

RESUMO

Abordar as prisões na literatura clássica é uma oportunidade para visitar a sabedoria do século XIX. E pensar a actualidade dos caminhos e das lutas pela liberdade e pela igualdade que marcaram os últimos dois séculos. O primeiro grande sucesso de Dostoievski foi uma descrição da vida penal. É razão para sobre ele nos debruçarmos. Explorar a ambição do conhecimento inscrita no movimento do realismo; o carácter para-científico da abordagem do romance, ainda hoje utilizado em ciências sociais; a natureza universal da escrita deste autor russo; a actualidade da mesma; os ensinamentos que se podem extrair da sabedoria deste livro. Um jogo de espelhos esconde, tanto quanto revela, a bipolaridade humana, entre a integração e a discriminação. Umhas vezes exaltada, violenta. Outras vezes empática e solidária, negando a necessidade do uso da violência.

Palavras chave: prisão; literatura; discriminação; civilização

ABSTRACT

Addressing prisons in classical literature is an opportunity to revisit the wisdom of the nineteenth century; and think about the timeliness of the paths and struggles for freedom and equality that have marked the last two centuries. Dostoevsky's first major success was a description of prison life. It is a good reason to explore the ambition of knowledge inscribed in the realism movement; The para-scientific character of the novel's approach, still used today in social sciences; The universal nature of the writing of this Russian author; The timeliness of it; The teachings that can be drawn from the wisdom of this book. A game of mirrors hides, as it reveals, human bipolarity, between integration and discrimination.

A casa dos espelhos

Sometimes exalted, violent. Other times empathic and supportive, denying the need to use violence.

Key words: prison; literature; discrimination; civilization

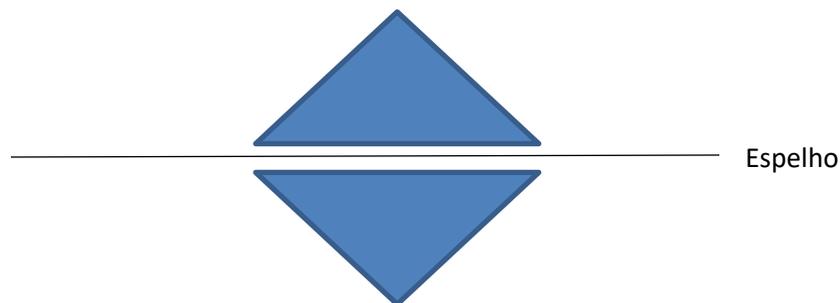
A casa dos espelhos

Os tempos estão a mudar. A ONU prepara políticas pós-proibicionistas das drogas (UN, 2016), o presidente Obama faz a crítica do sistema penitenciário (Uptakevideo, 2015), o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem condena a Itália a fazer uma reforma prisional profunda e monitorizada (TEDH, 2013). Guantánamo continua a funcionar e as ameaças de violência, terrorista, xenófoba, fascista, também estão na ordem do dia. Mais do que perguntar que tendência irá vingar – ambas irão vingar, enquanto houver humanidade – a pergunta a tratar é qual seja a perspectiva a adoptar pelas teorias sociais a este respeito?

O ideário dos direitos humanos e da civilização (Elias, 1990), vividos por cada vez mais pessoas, contrasta com a exclusão social, no mundo e no seio das sociedades mais modernas. Wacquant (2016) refere-se à existência de dois sistemas de creditação social: um positivo, a educação formal, e outro negativo, a estigmatização penal – uma mão esquerda e outra mão direita do estado. Credenciais educativas que servem para apresentar em sociedade. Credenciais penais que se escamoteiam, mas são determinantes para a vida dos seus portadores. As sociedades manifestam-se extremamente sensíveis – na condenação e também na reabilitação – mas, ao mesmo tempo, celebram e manifestam ignorância, pudor, repugnância a respeito das armadilhas sociais que mantêm a discriminação e a exclusão sociais activas.

A sociedade moderna, os processos de integração social, são uma casa de espelhos. Quando se olha para cima – para a economia ou para o estado – tende a desconsiderar-se o que esteja em baixo, os problemas sociais deixados à responsabilidade das vítimas e dos estados. À liberdade temerosa dos de cima, mantida com forças de segurança, corresponde a farsa da igualdade dos de baixo, mantida com assistência social e prisões.

Figura 1. Integração e exclusão modernas



Por que razão há uma parte da sociedade, a sua parte de baixo, projectada na sombra, na obscuridade, no olvido, na negação, das (más?) consciências humanas e da boa educação, de que a prisão é uma das expressões?

Para Dostoievsky e para Primo Levi, que viveram encarcerados, a escrita sobre prisões não pode ser desligada de como tal experiência os marcou. Nem do modo como os leitores, incluindo quem os condenou, os leram. Lendo-os, pode-se aprender o que eles sabem e, também, os jogos de espelhos que remetem as sociedades modernas para os fechamentos que as moldaram e continuam a moldar. As sociedades continuam a estigmatizar, a criar muros cognitivos e simbólicos entre diferentes etnias, classes ou grupos (Goffman, 2004), embora admirem quem, profissionalmente ou por espírito de missão, procure estabelecer pontes entre as duas faces da modernidade.

Abordar as prisões na literatura clássica é uma oportunidade para visitar a sabedoria do século XIX. E pensar a actualidade dos caminhos e das lutas pela liberdade e pela igualdade que marcaram os últimos séculos.

Balzac foi o primeiro dos sociólogos, ao mesmo tempo que Comte. Imaginou um sistema social e validou-o através da descrição de tipos de gente capazes de se encaixarem no sistema, como a tabela periódica admite novos átomos. Em *A Comédia Humana*, Balzac apresenta a parte visível de um sistema cognitivo aberto para fora da literatura romântica (através do realismo) e para um mercado de massas. Que era também a ambição de Comte; embora o mercado do positivista fosse a educação politécnica.

Dostoievski esteve preso na Sibéria por razões políticas, no quadro da repressão contra os movimentos revolucionários de 1848. O seu primeiro grande sucesso como romancista foi uma descrição da vida penal. São razões para sobre ele nos debruçarmos e explorar a ambição do conhecimento inscrita no movimento do realismo do seu tempo; o carácter para-científico da abordagem do romance, ainda hoje utilizado em ciências sociais, sob a forma de estudos de caso; a natureza universal da escrita deste autor russo; a actualidade da mesma; os ensinamentos que se podem extrair da sabedoria deste livro.

O realismo

Ao estudar o génio de Mozart, Norbert Elias (1993) sinaliza como o espírito revolucionário do músico antecipou a maturidade do tempo em devir, sequela da Revolução Francesa. Já havia um público de massas, mas não suficiente para fazer emergir o mercado da música. Mercado de que beneficiaria Beethoven, poucos anos depois.

As célebres notas a mais de que falava Salieri, a respeito da música de Mozart, referiam-se, quiçá, à sintonia procurada pelo autor com os tempos em porvir, tempos ainda não percebidos pelos artistas subordinados aos aristocratas, seus patronos. Tempos em que a figura do soberano, ou os seus sucedâneos aristocráticos, eram as únicas vozes autorizadas. Em nome de quem os artistas se exprimiam.

Com a afirmação da modernidade, a sincronização de massas tornou-se uma obsessão. Na música, nas escolas, na família como no trabalho (como nos *Tempos Modernos* de Chaplin): a era da democratização dos relógios tinha começado (Toffler, 1999; Elias, 1998). Seria possível a actual coexistência de 7 mil milhões de seres humanos na Terra sem a sincronização dos movimentos de todos e cada um? Malthus errou nos seus cálculos por ter ignorado o sentido do tempo moderno, isto é, a tecnologia da sincronização social e a sua influência na produtividade.

“A ideia de ciência [social] é também a de literatura (...) a ideia de amplas massas (...) o historiador moderno [juntamente com o cientista social, o músico, o romancista, enfrentam] o triplo contrato científico, narrativo e político” (Rancière, 2014:21; 38).

Segundo este autor, faz-se necessária a produção de jogos de espelhos, como a conjugação da explicação erudita, da narrativa fiel, da ficção mentirosa e da experiência de vida (op.cit.: 14). “A sociologia nasce da revolução como utopia de um social adequado a si próprio, palavra que designe verdadeiras propriedades de quem é designado” (op.cit.: 59). As expectativas, o devir em mudança acelerada, deveriam ser conjugadas com a experiência. Olhando para cima e recusando o que pudesse ser considerado baixo. Eça de Queiroz (n.d.: 116) faz uma das suas personagens chamar o trabalho de Zola “literatura latrinária”. Tal era a emoção provocada pela violação do tabu de manter estanques as partes de cima e de baixo das sociedades. Este tipo de sentimento de falta de educação continua hoje a funcionar. Há coisas que é preferível não saber.

A exclusão e a reintegração sociais

Fiódor Mikhailovich Dostoievski viveu na Rússia, entre 1821 e 1881, e é considerado um dos maiores romancistas de sempre. Começou por tomar atenção à *Gente Pobre* – título do seu primeiro romance – e foi preso muito jovem, com vinte e poucos anos, sem julgamento, por suspeita de conspiração. Por ler em público textos proibidos pela censura. A 22 de Dezembro de 1848, condenado à morte pelo Czar, enfrenta o pelotão de fuzilamento em posição de disparar, como tortura. A ordem de disparar foi substituída por trabalhos forçados na Sibéria. Esteve quatro anos nisso. Seguiram-se outros quatro anos a servir o exército. Até que foi libertado.

Quinze anos depois, *Recordações da Casa dos Mortos* foi o romance utilizado pelo autor para sarar as feridas abertas pela experiência. Tornara-se mestre existencialista, vocacionado para traçar perfis psico-sociais, revelando-os à “sociedade que contempla tais actividades [punitivas] com indiferença [por] estar já contaminada até ao íntimo” (Dostoievski, 1963:218). Seria este o filão a explorar no mercado: procurar atingir o íntimo dos leitores, em vez de contar com eles para fazer a revolução.

Dostoievski conheceu o sucesso imediato a partir da publicação deste seu livro. *Os Irmãos Karamasov* foi a sua obra-prima.

Recordações não tem trama. É uma sucessão de episódios sem títulos. Configuram uma estrutura lógica que pode ser titulada, à laia dos livros de ciências sociais. Por exemplo, assim:

I Parte – Macro análise I - Introdução teórica II - Apresentação III – Economia IV - Ilusões de senso comum V e VI - Efeitos das ilusões na economia VII - A necessária função das prisões VIII, IX e X - As disfunções das prisões XI - Direito	II Parte – Micro análise I, II e III - As marcas da vida nos corpos hospitalizados, como purgatório e ponto de fuga IV - A misoginia V - Segredo social VI - Animalfobia VII - Redução ao corpo VIII - Reminiscências da sociedade exterior a nível da hierarquia social IX - Saídas desesperadas X – Saídas legais
--	---

Do ponto de vista sociológico, não faz referência sistemática e organizada a uma bibliografia que ajude o leitor a prosseguir os estudos dos tipos sociais descritos. Tem uma introdução teórica mas não produziu uma conclusão. Várias vezes dispersa a descrição de uma personagem por vários episódios, tornando mais difícil a sua compreensão sistemática. Centra-se sobretudo nas personagens e naturaliza as respectivas origens sociais, como se a nobreza polaca ou os criminosos, por exemplo, fossem essências incorporadas à nascença e inelutáveis até à morte. Desenvolve uma apresentação sobretudo psicológica da sua experiência no cárcere, sem descurar a descrição de condições objectivas de vida na prisão. Como se a sociedade fosse exterior àquilo que ali se passou.

O que nos conta Dostoiévski é que a censura e a repressão fizeram o seu trabalho e tiveram os seus efeitos. A prisão também: dentro dela todo o mundo parece mais perto, ao autor presidiário. Encontrou pessoas que de outro modo nem saberia que existiam. Ao mesmo tempo, o mundo lá fora está mais distante. Tudo parece depender da vontade, sobretudo dos carcereiros. Ao mesmo tempo, a rotina é sufocante.

Uma das características mais evidentes deste romance são o início e fim abruptos. Aquilo que conta é apresentado como dispensável. Fora do mundo. Um sonho acordado. Um revisitar de um trauma mal digerido. Quase esquecido.

A história da relação do autor com a Sibéria, a de um preso político torturado e condenado sem julgamento, não está, para todos os efeitos, contada no livro: segue-o sob a forma de boato.

O romancista usa como narrador Alexandre Petrovich, um imaginário e misterioso, mas simpático homicida. Na vida real, Dostoiévski prescindiu da acusação pública ao Czar. A

A casa dos espelhos

tortura e a prisão por razões políticas foram remetidas para o mundo dos não ditos. Em troca, o Czar mandou dizer que chorara ao ler o livro, depois do seu sucesso no mercado. Por 1862. Quando os riscos de revolução não existiam mais.

O livro acaba com a menção, primeiro, à impossibilidade de fuga (capítulo IX da parte II). Depois a uma despedida sem qualquer referência às angústias da pré-libertação nem aos problemas da ressocialização. Que, todavia, foram muitos e duros.

Há aqui um mistério a desvendar: por que razão e como um livro sobre prisões, geralmente um tema árido, controverso, desagradável e repugnante, obteve os favores do público, neutralizou a censura do poder de estado e conquistou prestígio internacional para o autor?

Em ciência, mais importante do que oferecer respostas é construir boas perguntas. Neste caso, a boa pergunta poderá ser: como se constrói o jogo de espelhos, entre o autor e o público, entre tradutores internacionais e os seus públicos, que produz ora indiferença ora, às vezes, um efeito viral, como hoje se diz? Em termos sociológicos, de que modo os livros reflectem as complicitades entre os escritores e os estados das sociedades, isto é, a dialéctica entre a democracia (ou falta dela), o público (ou falta dele) e o seu tempo (paradigmas epocais de estética e de violência)?

A sociedade russa da década de sessenta estaria inquieta com as condições de vida nas suas prisões e o Czar terá entendido ser preferível manifestar a sua solidariedade com os piedosos. O crescimento económico e a esperança no progresso varreram toda a Europa, depois dos medos causados pelas tensões revolucionárias. Os livros científicos, a literatura, a política democrática, isto é, mais aberta à discussão, aumentavam a actividade editorial e a concorrência moral entre as nações. Em particular, a velha aspiração ocidental da Rússia ganhava peso face ao orgulho tradicionalista.

Ao tempo em que escrevo este texto, no pós-11 de Setembro do ataque às Torres Gémeas de Nova Iorque, em 2001, a política de troca de liberdades por segurança continua perigosamente a assolar a Europa, e outras partes do mundo. O pensamento dominante é castigar e perseguir. Pessoas, povos, religiões. Nenhum dirigente se atreve a chorar. Seria sinal de fraqueza que as sociedades não aceitariam. Conjuntura contrastante com a que foi capaz de reconhecer imediatamente o génio de Dostoevski.

Considerar infelizes e desgraçados os prisioneiros, como o fez Dostoevski (1963:40) apela a uma sociedade num estado bem diferente daquele que hoje se vive. Os castigos pronunciados pelo estado provocavam sentimentos de pena nas populações. Não provocavam sentimentos de segurança, como alegadamente hoje provocam. Década e meia depois de o Czar punir o autor sem julgamento – mas com razão: Fiódor conspirava efectivamente contra o poder – mandou dizer que chorava as suas decisões anteriores. O que nos traz, hoje, a esperança de a sensibilidade do público e de os poderes de estado poderem vir um dia a tomar novos caminhos.

A mesma instituição que admitiu o afastamento da sociedade do jovem escritor, por suspeitas de participar em movimentos de oposição ao regime, e que o levou às prisões da Sibéria, mandou dizer que chorou perante a descrição da experiência, colocando-se a uma distância segura das apreciações sociais sobre as suas responsabilidades. Aliás, da mesma maneira que o autor exercitou o distanciamento de si próprio, ao prescindir dos ideais revolucionários (entretanto, com o passar do tempo, sem vencimento na Rússia), de reivindicar o estatuto de preso político torturado, com o que poderia atacar o prestígio ao Czar (e, eventualmente, sofrer as consequências da sua reacção punitiva). Tornou-se um artista.

Este jogo de espelhos esconde, tanto quanto revela, a bipolaridade típica da natureza humana. Umás vezes exaltada, usando uma violência maior para submeter violências menores ou em decadência. Outras vezes empática e solidária, negando a necessidade do uso da violência. Sempre presente está a necessidade da discriminação social, isto é, a escolha de espaços-tempos-energias capazes de oferecer fronteiras previsíveis e morais à exaltação e à empatia, à violência possível e legítima, ao poder de cada um em sociedade. Eventualmente, tornando fraca a forte gente, para usar uma expressão de Camões. Afastando os poetas da sua gente, quando tal inspiração pode ser perigosa para os poderes instituídos.

Prisão vs civilização – dilema universal

Em casos excepcionais, os públicos e os povos adoptam e honram quem possa e arrisque representar a veia contestatária. Para os revolucionários, a nível pessoal, é mais prudente a discrição – nalguns casos são mesmo obrigados à clandestinidade, como foi o caso de Dostoievski. A separação entre a arte (e a ciência) e a política permite alimentar a memória da existência de tal veia, através de narrativas (e de explicações) que apelam, indirectamente, à acção. Para a história, ficam só os vencedores. Sobre os derrotados cai o pesado véu da indiferença. Pode ou deve ela ser levantada?

A sabedoria popular criou, a partir da obra de Dostoievski sobre as prisões czaristas, uma memória: “O grau de civilização de uma sociedade pode ser avaliado pelo estado das suas prisões”.

Esta frase nunca terá sido escrita por ele, embora conste na internet com sendo de sua autoria. Terá resultado de uma tradução livre de uma tradutora francesa, em seu nome. Ao verificar o impacto do livro, não apenas na Rússia, mas por toda a Europa, a tradutora terá aproveitado para lançar – com êxito – a sua mensagem para o mundo.

Dostoievski sabia que “a sociedade que contempla tais actividades com indiferença está já contaminada até ao íntimo” (op.cit.: 218). Mas não era um abolicionista; e também não era anti-Rússia. Jamais terá escrito tal frase que lhe é, porém, atribuída. Mas também foi e é impotente para dispor da sua obra, tornada universal. O autor, ao entrar no jogo de espelhos da literatura, associa-se tacitamente a traduções e sentidos fora do seu controlo. Algumas

eruditas e outras populares. Quereria Dostoievski aliviar as dores trazidas do cárcere, usando a literatura como catarse? Ou quereria reformar o sistema prisional, identificando detalhadamente os seus funcionamentos escondidos das autoridades e do público, bem assim como dos próprios presos, incapazes de comunicar de forma organizada e útil as suas experiências? Quem escreveu a “Recordações da Casa dos Mortos”? Foi o artista, o político ou o sociólogo?

A literatura, como a vida moderna e, portanto, também as ciências sociais, desdobram-se em explicações sobre como os valores modernos, a igualdade e a liberdade, a democracia e o direito, podem ser realizados, apesar da impossibilidade prática da sua realização. Explicações cativas dos intelectuais entusiasmados com as aspirações populares e ansiosos por serem eles, em particular, quem seja capaz de interpretar melhor e mais eficazmente tais desejos. Narrativas, e teorias que as organizam, cujo mérito é actualizar as possibilidades de dizer o indizível, contra a censura da cultura, da ciência e dos poder instituídos. Ser moderno é reclamar a esperança na realização do impossível, vinculando o autor à História em devir.

A civilização admite a existência de prisões, onde regularmente se praticam torturas. Na Rússia, Dostoievski sentiu a necessidade de denunciar os seus usos imorais, e teve sucesso. Em França, as possibilidades de réplica desse sucesso editorial dependeriam, como dependeu na Rússia, de um compromisso político na sua apresentação. As autoridades – e também o público vingador – deveriam ser neutralizados; minimizada a sua capacidade de resposta. Era preciso fazê-los chorar, como aconteceu metaforicamente ao Czar. A época era favorável. A frase que liga civilização a prisões, dita fora da Rússia, é facilmente interpretada de modo nacionalista, como uma demarcação ocidental da (falta de) civilização russa.

Século e meio depois sabemos como os *gulag* soviéticos foram replicados nos EUA, a partir dos anos 80 do século XX (Christie, 2000). As prisões secretas espalhadas pelo mundo, Guantánamo, um quarto dos presos do mundo nos EUA, em condições condenáveis (Butterfield, 2004), são obras ocidentais, presentes no século XXI. Isso equipara a nossa civilização à da Rússia dos Czares?

A civilização é guiada actualmente pelo espírito de vingança, próprio dos tempos obscuros que vivemos. As recordações de Dostoievski, publicadas numa época esperançosa, podem ajudar a mudar isso?

A actualidade da “Recordações da Casa dos Mortos”

A transmissão de poderes entre o presidente Lula da Silva e Dilma Rousseff foi marcada pelo caso do pedido de extradição de Cesare Battisti, antigo militante de um grupo armado italiano condenado nos anos 70 no seu país e entretanto refugiado político em França e depois no Brasil. Gerou-se um movimento de apoio à decisão de impedimento de extradição para Itália. Em Lisboa, num raro momento de militância contra a prisão, houve quem perguntasse por que razão o activismo contra as prisões políticas (como era o caso de Battisti) não se estendia

ao activismo contra as prisões sociais (o aumento do número de prisioneiros no mundo é dramático, sobretudo no Brasil – 400% em 20 anos). Nesse momento raro, a pergunta tocou nos presentes que pareceram questionar os limites da sua própria militância.

Criou-se um Grupo de Intervenção nas Prisões, recordando o trabalho de Michel Foucault e os seus amigos em Paris dos anos setenta. Grupo que durou enquanto durou.

Há gente que não deve estar na prisão – não necessariamente por ser melhor que outros, mas sobretudo por ser parecida connosco, por nos podermos identificar com ela. Como dizia um especialista inglês, as prisões não foram desenhadas para acolher pessoas de classe média ou superior. Para estas, antecipa-se a normal integração social. Para outros a exclusão.

A nossa humanidade mantém-se, aos olhos modernos, dividida, segregada, não apenas em pequenos grupos familiares, mas também em grupos menos pequenos: classes, ricos e pobres, género, etc. O que os sociólogos chamam variáveis explicativas ou independentes. Grupos suficientemente grandes para que deles apenas nos seja possível construir tipos-ideais. Não os podemos conhecer directamente. Mas é claro que, teoricamente, também para a sociologia, somos todos iguais perante a lei. Mas será verdade?

Como terá acontecido em Versailles de Luís XIV, a humanidade continua a parecer-nos praticamente equivalente aos nossos grupos de afinidade. A ideia de sociedade mantém as suas conotações elitistas, embora dissimuladas por jogos de espelhos.

Explicuemo-nos melhor. Primo Levi é, quiçá, o autor mais penetrante do sentido da vida penitenciária, referindo-se ao *Lager*, campo de concentração nazi. Como Dostoievski, Levi conta a sua própria experiência. Levi identifica clara e insistentemente o jogo de espelhos que esconde (ou pode revelar) as prisões à consciência social. Esse jogo surge de forma dramática nos mais recorrentes pesadelos dos prisioneiros (Levi, 2008:8, 2013:61): às tentativas de explicação do que estavam a viver aos seus entes queridos, estes viravam as costas, incapazes de as aceitarem. Por “efeito de estigma carcerário os civis pensam que [os prisioneiros] cometeram graves crimes para estarem no Lager” (Levi, 2013:128). Face à situação centrípeta, em que os prisioneiros apenas podem falar consigo mesmos, separados do exterior (incluindo dos seus familiares) por uma barreira de espelhos mais inultrapassável que os muros e arames farpados das prisões, ser “bom prisioneiro”, aceitar comportar-se como um criminoso bem comportado, conformado, produz orgulho (op.cit. 180). Orgulho de bom desempenho do seu papel de prisioneiro. Cúmplice do enviesamento da verdade gerada contra si mesmo pelo encarceramento, ou melhor, pelo jogo de espelhos que nos separa dos prisioneiros, e uns dos outros. Na esperança de “um homem bom fazer-me recordar que também eu era um homem” (op.cit.:129). Humanidade que raros prisioneiros – como Mandela ou Xanana Gusmão, e outros prisioneiros políticos que se mantiveram firmes nas suas convicções e foram libertados – podem, na prática, recuperar.

O optimismo de Primo Levi leva-o a acreditar haver uma moral para lá do arame farpado. Moral na qual ele se sustenta para pedir a pena de morte para os seus algozes (Levi, 2008:54).

Um coração aberto ao mundo, como o de Primo Levi, dedicado a denunciar aquilo que não queremos saber de nós próprios – quanto mais se distanciam os acontecimentos, mais aumenta e se aperfeiçoa a construção de uma verdade cómoda (Levi, 2008:23); mais ficam desresponsabilizados os algozes, numa amnésia que também se abateu sobre as vítimas, numa falta de clareza da memória (Levi, 2008:28) –, o escritor não deixou de exprimir o seu desespero em termos de vingança. Principio infernal (Zimbardo, 2007), de que o jogo de espelhos é um sucedâneo cognitivo.

Primo Levi avisou-nos que em 1942 circulavam rumores sobre a existência de campos de concentração (Levi, 2008:7), como hoje circulam rumores de prisões secretas, extra-judiciais, ao serviço dos poderes ocidentais que, ao mesmo tempo, consideramos o culminar da civilização. O jogo de espelhos não permitiu ver, então como hoje, o mal radical (o ovo da serpente) da satisfação sentida aquando do sacrifício dos bodes expiatórios, ciganos, homossexuais, judeus, comunistas (hoje negros, ciganos, magrebinos, imigrantes, islâmicos, mexicanos, etc.), responsabilizados pelos males do mundo. Imediatamente a seguir ao fim da guerra, o autor dedicou todo o seu empenho em manter clara a memória do inominável, para que não se repita. Contra o negacionismo do Holocausto. Primo Levi teve a colaboração de um editor alemão que acolheu a denúncia como uma bênção de auto-reflexão útil, ao tempo. Instrumento de purificação da alma alemã.

Passadas poucas décadas sobre o *best-seller*, o próprio Primo Levi constatou a sua derrota perante o jogo de espelhos, e insistiu: escreveu novo livro a avisar que há “os que sucumbem e os que se salvam”: há um grau zero da civilização proporcionado pela própria civilização. Acima do qual as pessoas se integram. Abaixo do qual são excluídas. Na história como na vida.

A sabedoria de Dostoievski – ensinamentos

Será que se poderá falar de prazer na leitura, no caso de uma descrição das torturas quotidianas de uma prisão? Sobretudo quando se descreve a experiência no próprio país? Se se ler que a China ou o Irão são sociedades misóginas, elitistas e dissimuladas, o leitor dispor-se-á a reconhecer que os chineses matam as filhas e procuram mulheres nos países vizinhos; lembrar-se-á de que um primeiro-ministro do Irão disse um dia não haver *gays* no seu país; ambos países, quem o não sabe?, dominados pela força, sempre minimizada pelos seus dirigentes. As prisões, claro, sob estados como esses só podem ser perversas. Mas poderemos dizer o mesmo de Portugal, da União Europeia ou dos EUA? Poderemos dizer o mesmo de países considerados civilizados?

O leitor local, confrontado com perguntas deste tipo, sentirá um desconforto. Mas o jogo dos espelhos vem em sua ajuda. Algum sistema deve estar previsto para registar, vincular e legitimar o descrédito social dos excluídos. Penitenciárias mais modernas ou mais arcaicas,

mais mortíferas ou menos violentas, o fundamental dos castigos das penas de prisão não muda. Em particular, como acontece na China e no Irão, a negação das características fundamentalmente perversas das prisões é pedra de toque de toda a civilização.

Além de lhe repugnar a violência (Elias, 1990), o ser humano civilizado é particularmente sofisticado no uso de jogos de espelhos. É capaz de impor o centro das atenções sociais – através das agendas políticas e mediáticas, culturais, científicas – e censurar juízos morais inconvenientes. No ocidente, a partir dos anos 70, com o novo proibicionismo (Woodiwiss, 1988), e dos anos 80, com o crescimento do número de presos (Gilmore, 2007), a tradição penal russa tornou-se modelo de controlo político das populações (Christie, 2000; Wacquant, 2000), no fim da Guerra Fria. Estudar prisões como violência, nos países desenvolvidos, tornou-se um tabu (Malešević, 2010:17; Wieviorka, 2005:68).

Já no Brasil, por exemplo, a situação é diversa. As desigualdades sociais, ao contrário do que ocorre na Europa, não são uma vergonha: são uma necessidade de afirmação quotidiana. A civilização aí não é uma disputa entre nações mas, antes, um castelo virtual em permanente atitude defensiva (e agressiva) perante um meio imaginado como selvagem e hostil. Profecia que se auto-realiza, como bem se sabe. Esta divisão social assumida em muitos países herdeiros das experiências de colonização, em graus diversos de desigualdade, remete a prisão para o lugar de uma instituição do terceiro mundo, de que estão praticamente dispensadas as pessoas civilizadas. Instrumento de defesa social. Da sociedade herdeira de Versailles, no ultramar. Na verdade, precisamente como nos países civilizados, embora neste último caso haja outros cuidados para salvaguardar as aparências. Outros jogos mas os mesmos espelhos.

Sobre a modernização das prisões, escreve Dostoievski:

“(...) o famoso sistema celular atinge apenas um fim ilusório, aparente: disso estou convencido. Suga a seiva vital do indivíduo, enerva-o, enfraquece-o, amedronta-o, e depois apresenta como exemplo de regeneração, de arrependimento, uma múmia moralmente ressequida e semilouca” (1963: 35).

Experiência russa e datada, todavia, válida para qualquer parte do mundo.

“Na maior parte, [os reclusos] mostravam-se espantosamente pervertidos. Não cessavam as calúnias, os mexericos; era o inferno (...)” (op.cit.: 32). Há uma “(...) sensação de horror, e contudo – coisa estranha – achei que viver ali era muito mais fácil do que imaginara durante a viagem” (op.cit.: 41).

Apesar de estranho, para o exterior, o mundo prisional, para quem o vive, tem uma lógica compreensível. “Creio bem que naquela sala se encontravam representadas todas as espécies de crimes. (...) Um ente que a tudo se habitua, eis, penso eu, a melhor definição de ser humano” (op.cit.: 29). Será o meio prisional que induz tais comportamentos ou é o carácter dos condenados que infecta a prisão?

A casa dos espelhos

“Eu próprio me tornara de repente tão ‘povo’, tão ‘presidiário’ quanto todos eles” (op.cit.: 98). “Tudo isto me parece hoje um sonho. (...) nunca poderia conceber o tormento horroroso de não conseguir estar sozinho, nem que fosse um minuto, durante os dez anos da minha detenção” (op.cit.:30). “Como trabalham à força, todos aqueles homens eram preguiçosos e por conseguinte depravados. Ainda que antes não o fossem, acabavam por sê-lo” (op.cit.: 33). “Devemos não esquecer que é considerada crime qualquer manifestação de personalidade da parte do forçado; por conseguinte, pouco lhe importa a extensão do desastre causado por essa revelação brusca de si mesmo” (op.cit: 101).

O trabalho forçado acabou em Portugal. Mas a sua continuidade, na prática, é o ócio, isto é, a incapacidade de prover os prisioneiros das condições de actividade, laboral ou outra, que possa dar sentido à sua vida penal. “Todos os que têm que lidar com os condenados (...) assumem perante eles uma atitude falsa;” (op.cit.: 73). Já então era assim. Fazem-no no Brasil e em Portugal, usando o jogo dos espelhos. Jogo que Dostoievski também usa:

o “(...) homem culto, dominado pelos remorsos de uma consciência apurada, por torturas morais que suplantam qualquer outro castigo, sofre pelo seu crime punição mais severa do que a lei poderia fazê-lo. E, a par dele, outro não pensa nem um segundo, durante toda a detenção (...)” (op.cit.: 71).

A cultura, a civilização, tornaria a tortura mais penosa. Quando, na verdade, talvez seja preferível dizer ao inverso: a maioria dos presos, os chamados presos sociais, nunca chegam a experimentar condições minimamente dignas de liberdade pessoal. Nem dentro nem fora das prisões (actualmente, em Portugal, estima-se que metade são filhos de presos e 4/5 passaram por asilos para crianças e jovens). E, portanto, dificilmente podem saber o que isso seja: “(...) aquela tendência dos presos para a gabarolice, para a arrogância, para o exagero ridículo da sua personalidade. (...) ilusão de liberdade (...)” (op.cit.: 100).

Vivem em bairros problemáticos (Cunha, 2002) ou em asilos para crianças e jovens em risco (Cordeiro, 2016), de onde uma parte sai com prognóstico de pré-delinquente e criminoso antes de cometer qualquer delito: sofrem da

“explosão repentina (...) causada (...) [pela] necessidade de afirmar seu eu humilhado (...) até ao espasmo da epilepsia” (op.cit.: 100-1). “Antes de exalar o último suspiro, declarou que não queria fazer mal a ninguém [quando atirou um tijolo e falhou o director], que procurara simplesmente o martírio” (op.cit.: 53):

morrer para confirmar que um dia viveu. A mesma história se repete, quando o ministério da justiça português decidiu usar uma das suas armas *taser* para mudar o comportamento de um preso que a si mesmo chamava “animal” (Redacção, 2014). Abandonado pela família aos 4 anos, mal tratado pelas instituições por onde passou, acabou atirado para a rua com a idade de responsabilidade criminal. Foi preso passado pouco tempo. Quem sabe se antecipadamente sinalizado à polícia pelos seus cuidadores. Foi condenado a dois anos de prisão por um crime menor. Hoje, mais de quinze anos depois, ainda não saiu da prisão. O tratamento penitenciário incluiu uma chuva de processos-crime que o retêm institucionalizado. Tem havido sempre um processo que dá cadeia (ACED, 2011).

“Quando (...) compreendeu que eu procurava penetrar-lhe na consciência na esperança de aí encontrar sinais de arrependimento, olhou-me com ar tão desdenhoso que me senti perante ele como uma criança estúpida com a qual não vale a pena discutir. Reflectiu-se-lhe no rosto uma espécie de comisseração por mim. Passado um minuto, ria a bandeiras despregadas, com vontade, sem a mínima ironia, e estou certo de que por mais duma vez, ao lembrar-se das minhas palavras, voltou a rir sozinho” (Dostoievski, 1963: 77).

A sabedoria dos presos sobre o funcionamento do jogo de espelhos que os distingue e separa da sociedade culta decorre das diferenças de experiência de classe assim como das diferenças de necessidades emocionais. “Os nossos forçados, a exemplo de quase todas as pessoas do povo, estão prontos a esquecer os piores tormentos em troca de uma boa palavra” (op.cit.: 212). Não alimentam esperanças de futuros melhores. Deixam-se surpreender por qualquer manifestação de respeito. Agradar-lhes não é difícil: “atraem enorme popularidade, simplesmente porque não menosprezam o povo, porque não o tratam de alto” (op.cit.: 213).

Discriminações práticas e tabus teóricos

Mãe, capaz de distinguir entre gémeos idênticos, se for ocidental pode ser incapaz de distinguir entre faces de tipo oriental: coreana, japonesa, chinesa. O hábito de viver em espaço-tempo-intensidade específico impõe, espontaneamente, a incorporação de capacidades de discriminação limitadas. Elas próprias discriminantes e discriminadas. À sua maneira, todas as sociedades humanas são misóginas, elitistas e dissimuladas, isto é, inconscientes das suas próprias práticas discriminatórias naturalizadas (Bourdieu, 2013). Mas são-no de forma distinta e, também, de forma mais ou menos subjectivamente chocante, conforme os hábitos de quem observa, seja o sociólogo ou o leitor.

Uma vez naturalizadas, as discriminações locais tornam-se uma segunda natureza orientadora da percepção e, nessa medida, das emoções e da acção pessoal e social. A nossa indiferença perante os sofrimentos por nós causados – como aqueles que provocamos directamente ou, como é o caso das prisões, aqueles que aceitamos (ou pedimos) que sejam praticados em nosso nome – contrasta com a nossa sincera adesão aos valores modernos, de liberdade, igualdade, democracia, estado de direito e direitos humanos.

A crítica ocidental contra os Gulag soviéticos, herdeiros das prisões descritas por Dostoievski, não é contraditória, na prática, com a construção dos Gulag ocidentais (Christie, 2000; Gilmore, 2007), Guantanamo, Abu Grahیب e as prisões secretas da CIA. Um jogo de espelhos ideológico torna o intolerável legítimo. O que apenas se pode compreender e estudar se soubermos mais sobre a duplicidade da natureza humana, para além do mito do ser racional em busca de uma coerência. Há lógicas de pertença e de oposição identitárias com consequências práticas a nível cognitivo. Nomeadamente, o processo de espelhamento que reduz a sociedade aos limites seleccionados, com exclusão de quem esteja de fora.

A naturalização das percepções registadas em questionários – como o faz a teoria social dominante, realista – funciona como tautologia. Os inquiridos, incluindo as vítimas de exclusão, respondem como sabem que devem responder. Esta teoria social, em vez de se distanciar do senso comum, confere cientificidade às subjectividades dominantes. Legítima, com o peso do rótulo científico, aquilo que as pessoas reconhecem ser as melhores formas de, em público, dar coerência às contradições existenciais, escamoteando-as.

A natureza humana é desorientada, desambientada e infantil (Virno, 2014). Susceptível ao mimetismo (Tarde, 1993) e à recursividade (Corballis, 2011) sociais: as ideologias religiosas, nacionalistas e outras, são formas de traçar regimes de confiança e segurança intrassocial. Bem violentas, como o mostra a história (Malešević, 2010). São utilizadas pelos estados para desenvolverem formas de hierarquização elaboradas e eficazes (Acemoglu & Robinson, 2013; Acosta, 2013).

Cada pessoa não é, pois, apenas a sua pessoa. Nunca o foi. Mas em condições de modernidade há um apelo de radicalização da flexibilidade dos indivíduos, de modo a mobilizar a nossa desorientação natural para fins de adaptação aos desígnios institucionais, desenhados a nível superior. Reduzidas a indivíduos, as pessoas adoptam subjectivamente a submissão aos interesses instituídos, a que se confiam.

A hiperespecialização das práticas científicas e o seu fechamento subdisciplinar favorecem o recolhimento da sabedoria, da capacidade crítica das condições de institucionalização das suas próprias disciplinas (Lahire, 2012:319-356). Precisamente no tempo em que a industrialização contamina não apenas o meio ambiente mas também o pensamento racional universal que encobre as práticas locais extractivas. As esperanças humanitárias na globalização que recobrem a exploração.

Na segunda metade do século XIX, mostra-o o sucesso do romance *Recordações da Casa dos Mortos*, as sociedades ocidentais viveram uma esperança de igualdade que parecia capaz de dar um fim à discriminação social. A Sibéria e as suas prisões eram um exemplo de como a nobreza, a que Dostoievski pertencia, poderia encontrar as outras classes sociais em condições de estrita igualdade. De como, na prisão, apesar disso, os traços culturais de cada origem social se mantinham activos e podiam ser compatibilizados. Na primeira parte do século XXI, a repugnância dominante entretanto culturalmente desenvolvida pela figura do preso político não inclui a repugnância pela figura do preso social. O jogo de espelhos, a exclusão social, continuam a funcionar. Na prática como nas teorias sociais. As violências, sobretudo a violência dos estados, são tabu para as teorias sociais (Dores, 2014).

BIBLIOGRAFIA:

ACED (2011): "Carlos Gouveia", Veja-se em http://iscte.pt/~apad/ACED_juristas/carlos_gouveia.html (acesso em 2 de Agosto de 2017)

- Acemoglu, D., & Robinson, J. A. (2013): *Porque Falham as Nações - as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Acosta, A. (2013): *El Buén Vivir - Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos*, Barcelona, Icaria&Antrazyt.
- Bourdieu, P. (2013): *A Dominação Masculina*, Lisboa, Relógio d'Água.
- Butterfield, F. (2004): "Mistreatment of Prisoners Is Called Routine in U.S." *NY TIMES*, 8 de Maio, NY. Veja-se em <http://bugler-john.50megs.com/PRISONS.PDF> (acesso em 2 de Agosto de 2017)
- Christie, N. (2000): *Crime Control as Industry - Towards Gulags, Western Style*, London, Routledge.
- Corballis, M. C. (2011): *The Recursive Mind – The Origins of Human Language, Thought, and Civilization*, Princeton, Princeton University Press.
- Cordeiro, A. D. (2016): "Mais de dois terços dos jovens em centros educativos têm processos de protecção", *Público*, 27 de Janeiro, Lisboa. Veja-se em <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/mais-de-dois-tercos-dos-jovens-em-centros-educativos-tem-processos-de-proteccao-1721454> (acesso em 2 de Agosto de 2017).
- Cunha, M. I. (2002): *Entre o Bairro e a Prisão, Tráficos e Trajectos*, Lisboa, Fim de Século.
- Does, A. P. (2014): "Violence in society", *Pensamiento Americano*, 7(13): 144–162.
- Dostoievski. (1963): *Recordação da Casa dos Mortos, Obras Literárias Completas*, Lisboa, Estúdios Cor.
- Elias, N. (1990): *O Processo Civilizacional (Vol I e II)*: Lisboa, D. Quixote.
- Elias, N. (1993): *Mozart - Sociologia de um génio*, Lisboa, Asa.
- Elias, N. (1998): *Sobre o Tempo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Gilmore, R. W. (2007): *Golden Gulag – prisons, surplus, crisis and opposition in globalizing California*, Berkeley, University of California Press.
- Goffman, E. (2004): *Estigma - Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Colectivo Sabotagem.
- Lahire, B. (2012): *Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales*, Paris, Seuil.
- Levi, P. (2008): *Os que sucumbem e os que se salvam*, Lisboa, Teorema.
- Levi, P. (2013): *Se isto é um homem*, Lisboa, Teorema.
- Malešević, S. (2010): *The Sociology of War and Violence*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Queiroz, E. de (n.d.): *Os Maias*. Veja-se em http://figaro.fis.uc.pt/queiros/obras/Maias/Maias_20001210.pdf (acesso em 2 de Agosto de 2017).

- Rancière, J. (2014): *As palavras da História - Ensaio de poética do saber*, Lisboa, Edições Unipop.
- Redacção (2014): "Guardas prisionais condenados por disparos com arma 'taser'" *Rádio Renascença*. Veja-se em http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=25&did=155662 (acesso em 2 de Agosto de 2017).
- Tarde, G. (1993): *Les Lois de l'Imitation*, Paris, Éditions Kimé.
- TEDH, T. E. dos D. H. (2013) *Affaire Torreggiani et autres c. Italie*. Veja-se em <http://hudoc.echr.coe.int/sites/eng/pages/search.aspx?i=001-115860> (acesso em 2 de Agosto de 2017).
- Toffler, A. (1999): *Terceira Vaga*, Lisboa, Livros do Brasil.
- U.N. (2016): *Special Session of the UN General Assembly on the World Drugs Problem*. Veja-se em <http://www.unodc.org/ungass2016/> (acesso em 2 de Agosto de 2017).
- UPTAKEVIDEO. (2015): *Obama, Current Justice, Prison System "Un-American." USA*, Up Take Video. Veja-se em <https://www.youtube.com/watch?v=RagGj2Bgtuw> (acesso em 2 de Agosto de 2017).
- Virno, P. (2014): "O animal aberto ao mundo, o chamado 'mal' e a crítica do Estado", *Imprópria*, (4): 77–90. Veja-se em <http://unipop.info/impropria.html>.
- Wacquant, L. (2000): *As Prisões da Miséria*, Oeiras, Celta.
- Wacquant, L. (2016): "The puzzling return of prisons in the 21st Century". Veja-se em <https://portal.oa.pt/media/119669/conferencia-internacional-as-nossas-priso-es-vfinal.pdf> (acesso em 2 de Agosto de 2017).
- Wieviorka, M. (2005): *La Violence*, Paris, Hachette Littératures.
- Woodiwiss, M. (1988): *Crime, Crusades and Corruption - Prohibitions in the United States, 1900-1987*, London, Piter Publisher.
- Zimbardo, P. (2007): *The Lucifer Effect, understanding how good people turn evil*, NY, Random House.